

Registro: 2017.0000246361

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0019437-91.2010.8.26.0223, da Comarca de Guarujá, em que é apelante CATIA APARECIDA DOS SANTOS LAMELA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados RENATO SANTOS E SILVA e BRADESCO AUTORE CIA DE SEGUROS.

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA (Presidente), SÁ DUARTE E LUIZ EURICO.

São Paulo, 10 de abril de 2017

Sá Moreira de Oliveira
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Apelação nº 0019437-91.2010.8.26.0223

Comarca: Guarujá

Apelante: CATIA APARECIDA DOS SANTOS LAMELA

Apelados: Renato Santos e Silva e Bradesco Autore Cia de Seguros

TJSP – 33ª Câmara de Direito Privado

(Voto nº SMO 26424)

ACIDENTE DE TRÂNSITO – Ação de indenização – Culpa do réu reconhecida pela r. sentença – Danos morais caracterizados – Dano estético que deve ser considerado como um aspecto do dano moral – Extensão das lesões e desdobramentos do acidente – Sequelas permanentes – Critérios de fixação da indenização – Ação parcialmente provida.

ACIDENTE DE TRÂNSITO – DENUNCIAÇÃO DA LIDE – Existência de contrato de seguro – Cobertura para danos corporais a terceiros – Não reunidas as condições gerais do seguro, impossível constatar a existência de cláusula de exclusão do risco relativo aos danos morais – Súmula 402 do Superior Tribunal de Justiça – Lide secundária julgada procedente.

Apelação parcialmente provida.

Trata-se de recurso de apelação interposto por CÁTIA APARECIDA DOS SANTOS LAMELA (fls. 303/305) contra r. sentença de fls. 299/300 proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Guarujá, Dr Leonardo Grecco, que julgou improcedente a ação de indenização movida em face de RENATO SANTOS E SILVA. A r. sentença ainda julgou prejudicada a lide secundária instaurada em face da seguradora BRADESCO AUTO/RE CIA. DE SEGUROS.

A apelante sustenta ter sofrido danos morais e estéticos. Invoca a prova produzida. Aponta cicatriz cirúrgica, perda de mobilidade do punho e o trauma decorrente do acidente. Postula o provimento do recurso.

Contrarrazões às fls. 84/89, pela manutenção da r. sentença.

É o relatório.

Recebo o recurso em seus regulares efeitos.

Não há arguição de intempestividade.

A apelante é beneficiária da gratuidade da justiça (fls. 27).

Assim, presentes os pressupostos recursais, conheço do recurso. E lhe dou parcial provimento.

Trata-se de ação de indenização por acidente de trânsito movida pela apelante em face do apelado, que denunciou à lide sua seguradora.

A r. sentença reconheceu a culpa do apelado pelo acidente, mas negou a indenização à apelante, por entender não configurados os danos descritos na petição inicial.

Em que pese o entendimento do magistrado, entendo caracterizados os danos morais.

Do conjunto probatório reunido, restou comprovado que a apelante sofreu fratura de rádio distal esquerdo, tendo sido submetida à cirurgia para colocação de pinos e permanecido internada por 5 dias (fls. 25 e 187).

A perícia judicial realizada (laudo às fls. 182/185) noticiou a incapacidade total temporária para os atos do dia-a-dia por seis dias, (data do acidente e período de internação hospitalar), incapacidade parcial temporária para os atos do dia-a-dia por quarenta e quatro dias (período de recuperação), incapacidade total temporária para o trabalho fixável em cinquenta dias e *quantum doloris* fixável em três pontos, numa escala crescente de valor, sendo 1 para dor de pequeno grau e 7 de máximo grau, tendo em vista o tipo de traumatismo, duração do tratamento e período de recuperação.

O Sr. Perito ainda apontou a existência de cicatriz cirúrgica de 10 cm no punho esquerdo e sequela definitiva e parcial na mobilidade do punho, de grau moderado.

Possível presumir os transtornos e o abalo à tranquilidade de alguém que sofre lesão de certa monta no punho e por isso é obrigado a se

submeter procedimento cirúrgico, inclusive com a colocação de pinos.

A dor física é patente, e, como noticiou o laudo pericial, por certo perdurou pelo longo período de pós-operatório. E a existência de sequelas definitivas evidentemente causa à apelante mais do que simples aborrecimentos.

Contudo, considerado que o dano estético *“não se trata, pois, de uma terceira espécie de dano, ao lado do dano material e do dano moral, mas apenas de um aspecto deste”*¹, observo que, não obstante a marca indelével de cicatrizes e as limitações físicas, alcança a dor física e psíquica.

O valor da indenização deve então ser fixado de forma única para o dano moral e o dano estético.

Assevera Sergio Cavalieri Filho: *“O importante, destarte, para a configuração do dano moral não é o ilícito em si mesmo, mas sim a repercussão que ele possa ter”*².

Conforme ensina Yussef Said Cahali, citando Dalmartello:

*“Parece mais razoável, assim, caracterizar o dano moral pelos seus próprios elementos; portanto, 'como a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos'; classificando-se, desse modo, em dano que afeta a “parte social do patrimônio moral” (honra, reputação etc.) e dano que molesta a “parte afetiva do patrimônio moral” (dor, tristeza, saudade etc.); dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante etc.) e dano moral puro (dor, tristeza etc.)”*³.

A respeito da quantificação do dano, Yussef Said Cahali, por sua vez, ainda na obra *'Dano Moral'*, registra que há de ser feita de modo prudente pelo julgador, resolvendo-se a questão em juízo valorativo de fatos e circunstâncias, a fim de atender a peculiaridade do caso concreto. Como regra de experiência, lista os seguintes fatos e as circunstâncias:

“1º) A natureza da lesão e a extensão do dano: Considera-se natureza da lesão, a extensão do dano físico, como causador do sofrimento, da tristeza, da dor moral vivenciados pelo infortúnio.

2º) Condições pessoais do ofendido: Consideram-se as condições pessoais do ofendido, antes e depois da ofensa à sua integridade corporal, tendo em vista as repercussões imediatas que a

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. Editora Saraiva: 2007, 10ª Edição, pág. 768.

² Programa de Responsabilidade Civil. Atlas: São Paulo, 7ª Edição, 2007, pág. 81

³ “Dano moral”. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011, p. 19/20.

deformação lhe acarreta em suas novas condições de vida. (...)

3º) Condições pessoais do responsável: Devem ser consideradas as possibilidades econômicas do ofensor, no sentido de sua capacidade para o adimplemento da prestação a ser fixada (...).

4º) Equidade, cautela e prudência: A indenização deve ser arbitrada pelo juiz com precaução e cautela, de modo a não proporcionar enriquecimento sem justa causa da vítima; a indenização não deve ser tal que leve o ofensor à ruína nem tanto que leve o ofendido ao enriquecimento ilícito. (...)

5º) Gravidade da culpa (...)4”.

Considerados os elementos da lide, entendo que a apelante faz jus à indenização por danos morais no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), quantia suficiente e razoável para compensá-la apelante pelos danos sofridos e desestimular o apelado a reiterar a má conduta. A importância deverá ser acrescida de correção monetária a partir desta decisão e juros de mora desde a citação.

Quanto à lide secundária, deve ser julgada procedente.

A seguradora BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS não nega a existência de apólice de seguro para o veículo Peugeot 206 de placa DGN 9420, dirigido pelo apelado na ocasião do acidente (fls. 73).

A cópia da apólice reunida às fls. 54/55 demonstra a existência de cobertura para danos corporais a terceiros, com capital segurado de R\$ 30.000,00.

Não pode ser acolhida a argumentação da seguradora da ausência de cobertura para danos morais. Não apresentadas as condições gerais do seguro, impossível constatar a existência ou não de cláusula de exclusão do risco.

E, nos termos da Súmula 402 do Superior Tribunal de Justiça, “*O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão*”.

Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso para julgar parcialmente procedente a ação e condenar o réu a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Diante da sucumbência recíproca, cada parte arcará com o pagamento de metade das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios de seus

⁴ Cahali, Yussef Said. Dano moral. 4ª Ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 219/221.

respectivos patronos, que ora fixo em 10% do valor da condenação, observada a gratuidade de que a apelante é beneficiária.

Ainda, julgo procedente a lide secundária para condenar a apelada seguradora a reembolsar o apelado RENATO dentro das forças da apólice. Deverá a denunciada arcar com as custas e despesas processuais relativas à denunciação da lide, bem como honorários advocatícios respectivos, fixados em 10% do valor da condenação.

SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA
Relator